



A CIBERCIDADANIA SOB UMA ANÁLISE DA PÁGINA DO FACEBOOK DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC NO ANO DE 2018

CYBERCITIENSHIP UNDER AN ANALYSIS OF THE PAGE OF EDUCATION MINISTRY ON FACEBOOK – MEC IN 2018 YEAR

Guido Ruviaro Neto¹
Cristiane Pauli de Menezes²

RESUMO: Hodiernamente a sociedade experimenta diversas modificações estruturais. Muitas delas se acentuam com o uso das novas tecnologias, transformando esta em uma dita sociedade em rede, alterando o dia a dia do cidadão comum e trazendo, de outro lado, novos desafios para os governantes. Partindo desta realidade, pode se observar que o uso das novas tecnologias proporciona diversas escolhas a quem a utiliza e a quem a desenvolve, neste ponto, apresenta-se a Cidadania.com ou Cibercidadania, norteando o bom e mau uso das tecnologias da informação e comunicação. Para tanto, o Governo Eletrônico detém de grande responsabilidade, é a partir dele que o cidadão comum busca se informar e participar do seu meio em que vive. A partir dos construtos de Pérez Luño e tendo por base na análise da página do *Facebook* do Ministério da Educação – MEC no ano de 2018, pergunta-se: em que medida é possível identificar um perfil do usuário e mapear as escolhas das notícias que são divulgadas na página? Visando responder à questão levantada, a pesquisa utilizou-se do método de abordagem o dedutivo, buscando uma

¹ Estudante do Curso de Direito da FADISMA. Endereço eletrônico: guidorn@hotmail.com.

² Coordenadora do Núcleo de Estudos em Direito Internacional (NEDI) da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Professora de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais - Universidade Feevale. Mestre (2016) pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Especialista (2012) em Temas Emergentes do Direito Empresarial pelo Centro Universitário Franciscano - UNIFRA. Graduada (2014) no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Graduada (2010) pela FADISMA. Membro Integrante do Grupo de Pesquisa em Propriedade Intelectual na Contemporaneidade, registrado no Diretório de Grupos do CNPq e certificado pela UFSM. Advogada. Atuação em Administração Judicial de Recuperação de Empresas e Falências na empresa Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial. Endereço Eletrônico: cistiane.pauli@fadisma.com.br



contextualização da temática, ainda, do método de procedimento histórico, monográfico e estatístico, onde foram obtidos os dados necessários para realização da pesquisa. Com os resultados alcançados, constata-se que o alcance obtido pela página é altamente satisfatório.

Palavras-chave: Cibercidadania. *Facebook*. *Internet*. Governo.

ABSTRACT: The society is currently undergoing several structural modifications. Many of them are accentuated by the use of new technologies, transforming this into a networked society, changing the day to day of the ordinary citizen and bringing, on the other hand, new challenges for the rulers. Starting from this reality, it can be observed that the use of the new technologies offers several choices to who uses it and to whom it develops, in this point, it presents the Cidadania.com or Cyber-citizenship, guiding the good and bad use of the technologies of the information and Communication. For this, the Electronic Government has great responsibility, it is from this that the ordinary citizen seeks to inform himself and participate in his environment in which he lives. Based on the constructs of Pérez Luño and based on the analysis of the Facebook page of the Ministry of Education - MEC in the year 2018, we ask: to what extent is it possible to identify a user profile and map the choices of the news that are disclosed on the page? In order to answer the question raised, the research used the method of deductive approach, seeking a contextualisation of the thematic, still, the method of historical, monographic and statistical procedure, where the necessary data were obtained to carry out the research. With the results achieved, it is noted that the reach achieved by the page is highly satisfactory.

Keywords: Cybercitizenship. *Facebook*. *Internet*. Governo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento tecnológico trouxe inúmeros avanços para a sociedade atual, da mesma forma, trouxe grandes desafios para o cidadãos e governantes, trazendo impacto sobre variados segmentos do cotidiano. A forma como a interação humana evolui diariamente, trazendo novas formas de comunicação instantânea entre os mais distintos cantos do globo, tudo graças ao avanço tecnológico e descobrimento e aperfeiçoamento do uso da *internet*. Trazendo assim, o crescimento do uso das



tecnologias da informação e comunicação (TICs), concomitante a necessidade de aprimoramento desta comunicação entre governo e cidadãos, visto da nova forma de interação do ente público com seus governados.

Nesta pesquisa buscou-se problematizar a questão seguinte: a partir de Pérez Luño e tendo por base na análise da página do *Facebook* do Ministério da Educação – MEC no ano de 2018, pergunta-se: em que medida é possível identificar um perfil do usuário e mapear as escolhas das notícias que são divulgadas na página?

Buscou se responder a problemática levantada, utilizando-se do método de abordagem dedutivo, onde foi trazido em tela, a contextualização da criação e desenvolvimento da *internet* em um panorama global, posteriormente, passando pelo uso desta pelo governo brasileiro e por fim, chegando a análise da página supracitada, ainda, tendo como método de procedimento histórico, visto que foi realizado um apanhado histórico desde a criação da *internet*, a evolução e crescimento desta tecnologia e como ela influencia diariamente no cotidiano.

Utilizou-se ainda, do método de procedimento monográfico e estatístico, onde foram levantados dados pertinentes para análise da página do *Facebook* do Ministério da Educação – MEC, no período de 01 de junho de 2018 a 31 de agosto de 2018, coletando dados referente a temática das postagens, curtidas, eventuais comentários e reações dos usuários, proporcionalizando um estudo de caso.

Optou-se pela pesquisa doutrinária, além de resenhas, leis e análise qualitativa de dados, como técnica de pesquisa, ainda, buscou-se conceituar a revolução que a sociedade passou até o presente momento, dessa forma, contextualizando com a Cibercidadania ou Cidadania.com, levando a temática para o Governo Eletrônico Brasileiro, por fim, realizando a pesquisa mencionada.

1. A SOCIEDADE EM REDE E A (RE)VOLUÇÃO DIGITAL

A sociedade atual atravessa um momento em que, não se tem dúvida, a *internet* é uma das tecnologias que mais causou impacto no mundo, seja por ter se tornado vital à todos aqueles que nasceram em período equivalente ou posterior ao seu, seja por ter se constituído em um verdadeiro desafio aqueles que lhe são antecessores, podendo ser resumida como uma rede que liga dezenas de milhões de computadores e dispositivos móveis, a *internet* permite acessar uma quantidade de



informações inimagináveis, bem como diminuir a distância entre os continentes em uma verdadeira alteração das bases materiais de tempo e espaço, de modo a propiciar que qualquer cidadão do mundo, sem sair de sua casa, conheça uma quantidade imensurável de informações e culturas diversas (PAESANI, 2014).

Oportuno para trazer neste contexto, um breve, porém, importante histórico da *internet*, desde os seus primórdios até a sua nova roupagem, hoje difundida, conhecida e utilizada pela sociedade. No entanto, para que seja possível chegar ao atual panorama da *internet*, onde podemos vê-la ser parte do cotidiano, foi preciso um grande avanço tecnológico, e o que acaba para muitos o surgimento da *internet* ser uma surpresa, sendo esta uma ferramenta criada para fins militares, sendo em sua origem conhecida por *Arpanet*, uma rede de computadores que fora montada por uma agência do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, *Advanced Research Projects Agency (ARPA)*, no ano de 1969 nos Estados Unidos (CASTELLS, 2003).

Esta ferramenta surgiu mediante a necessidade de se criar um sistema de comunicação que não fosse interrompido por um ataque nuclear russo aos Estados Unidos, partindo do pressuposto que à época, ambos os países estavam em meio a chamada guerra fria (1962-1979), por isso, cientistas militares e civis norte-americanos, criaram em sua agência de projetos avançados, pequenas redes locais (*LAN – Local Area Network*), distribuídas em todo o país e ligadas por meio de redes de telecomunicação geográfica (*WAN – Wide Area Network*) (CAIÇARA JUNIOR; PARIS, 2007).

Dessa forma, caso alguma dessas cidades fosse destruída por um ataque nuclear, essa teia de redes conexas, então chamada de *Inter Networking* e hoje conhecida como *internet*, continuaria a permitir comunicação entre as cidades que restassem (PAESANI, 2014). Posteriormente, o Departamento de Defesa Norte-Americano, acabou criando várias redes sob seu controle, assim, conectando diferentes ramos das forças armadas, no entanto, na década de oitenta, houve uma preocupação com relação a possíveis brechas de segurança nesta rede, então, fora criada a *Milnet*, uma rede independente e exclusiva para uso militar, deixando assim a *Arpanet* para fins de pesquisa científicas e universitárias (CASTELLS, 2003).

Contudo, para que este desmembramento fosse viável, o protocolo TCP/IP (Protocolo de Controle de Transmissão de Internet) foi fundamental, uma vez que somente assim tornou-se possível que ambas as redes se comunicassem e



suportassem milhões de conexões à rede, podendo ser considerada como o maior repositório de informações existente, deixando sua inicial finalidade militar e científica, para também se tornar repositório para informações diversas e de livre acesso na maioria dos casos (CAIÇARA JUNIOR; PARIS, 2007).

Paralelamente a criação da *Arpanet*, uma comunidade de jovens pesquisadores californianos desenvolvia um projeto que viria a revolucionar completamente o mundo, tratava-se do computador pessoal, aproveitando de estarem inseridos em um lugar propício para pesquisas, visto da diversidade de componentes eletrônicos que era encontrada no Vale do Silício, estes jovens aproveitaram tal oportunidade e por lá foram criadas ideias de itens que usamos até hoje (LÉVY, 2010).

Já no começo da década de noventa, grande parte dos computadores nos Estados Unidos já tinha acesso a alguma rede de *internet*, com o surgimento de diversos provedores e assim tornando as conexões comerciais, o que acabou trazendo um crescimento exponencial para a Internet, tornando-a uma rede global de computadores interligados, mas tudo isso graças ao projeto originário da *Arpanet*, que possibilitava a criação dessas redes de forma descentralizada, com protocolos abertos e múltipla camada, assim, com o passar do tempo adicionando novos nós e entranhas a esta teia que é a Internet (CASTELLS, 2003).

A *internet* veio a surgir juntamente com o processo de barateamento das comunicações, que ocorreu no século XX, o que fez que seu número de usuários tivesse um aumento significativo, o que acabou levando a isso, foi a criação da rede mundial, o *World Wide Web* ou *Web*, ou ainda *WWW*, e também chamada de *W3*, criada no ano de 1989 na Europa, mais especificamente em Genebra, Suíça, sendo tecnologia fundamental para facilitar a interface de uso as Internet, fazendo com que apenas um clique no mouse, o usuário possa acessar diversos serviços, não sendo mais necessário ser conhecedor de códigos ou protocolos de acesso (PAESANI, 2014).

Essa facilidade de interação se deu pelo fato de que as páginas passaram a ficar ligadas entre si por meio dos *hyperlinks* ou *hppl*, já que a Web funciona com base em três elementos, o primeiro, no caso, é a *URL (Universal Resource Locator)*, que serve para especificar como cada página irá receber seu endereço único de onde pode ser encontrada na Internet, um segundo elemento é o *HTTP (Hiper Text Transfer Protocol)*, que serve para padronizar essa linguagem de comunicação entre clientes



e servidores da Web, enquanto, por fim, tem-se o *HTML (Hyper Text Markup Language)*, que codifica as informações e faz com que elas possam ser exibidas em um grande número de dispositivos ao mesmo tempo. Isso tudo resultou em uma facilidade para o usuário de navegar pela *internet*, de modo que imagens e textos ficam interligados por palavras-chaves, o que resultou em navegação mais ágil e menos pesada para os computadores (MARQUES; MARTINS, 2006).

Logo após a criação da *WWW*, outras versões desta começaram a aparecer ao redor do mundo, dentre elas merece destaque o *Mosaic*, projetado no *National Center for Supercomputer Applications* da Universidade de Illinois, que apresentou um viés de produto para o navegador de rede, o qual posteriormente mudou para o nome para *Netscape Navigator* e se tornando o primeiro navegador comercial disponível na *Internet*, o que com seu sucesso despertou o interesse de grandes nomes da informática, como o caso da *Microsoft*, que em 1995 lançou seu primeiro navegador de internet, o *Internet Explorer* (CASTELLS, 2003).

Partindo desse apanhado histórico, pode ser visto que somente na década de noventa a *internet* foi apresentada de vez para o grande público, então possibilitando a conexão entre computadores ao redor do mundo, graças a uma arquitetura aberta, partindo desde sua criação com fins militares e passando pelo aperfeiçoamento com o uso de cientistas e hackers, tornou-se o que é indispensável nos dias de hoje (CASTELLS, 2003).

No Brasil essa novidade também foi vista, tanto que atualmente nosso país tem posição de destaque no uso da mesma, aqui, se repetiu casos de sucesso que a *internet* teve pelo mundo, como o uso dela para serviços bancários, Imposto de Renda, comércio eletrônico, que acaba gerando um grande número de transações pela rede mundial. Da mesma forma que nos Estados Unidos, no Brasil, a *internet* começou no meio acadêmico, chegando ao nosso país em 1989, através da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), por meio de um grande esforço da comunidade acadêmica de ciência da computação, que firmou parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (CAIÇARA JUNIOR; PARIS, 2007).

Mas a *internet* de modo comercial, só foi trazida a grande parte da população brasileira no ano de 1995, com velocidade inicial de 2 Mbps (dois megabytes por segundo), graças a um servidor da Embratel, que atuou juntamente



com outras 11 empresas, no mesmo ano, já pensando em regulamentar os serviços de Internet do país, foi criado um Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio da Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 (CAIÇARA JUNIOR; PARIS, 2007).

Nos dias atuais, com o grande uso da *internet* pelos brasileiros, acabou que o nosso país recebeu um grande investimento na área de transmissão de dados por banda larga pela empresa de Bill Gates, a Microsoft, que aqui investiu US\$ 126 milhões, com a união de duas grandes empresas com o objetivo de desenvolver novos serviços de *Web* no nosso país, por meio da Internet em banda larga, essa Internet via cabo, ou banda larga, foi aprovada pela Agência Nacional de Telecomunicações, e ficou como um grande marco de avanço da tecnologia para o Brasil (PAESANI, 2014).

Desse modo, até este ponto é possível que ainda seja levantado o questionamento do que seria afinal a *internet*, seu conceito não é claro, isso é um fato, podemos dizer que a Internet seria uma espécie de teia de aranha, uma rede que liga milhões de computadores ao redor de todo planeta, ligações essas de diversas maneiras, como a via cabo já citada, por redes telefônicas e ainda por satélites, proporcionando ao usuário, a partir de seu computador, inúmeras possibilidades de uso da sua máquina, ao ponto que em um telefone fixo não conseguimos nem de longe equiparar esse uso, a Internet nos proporciona infinitas possibilidades (PAESANI, 2014).

Mas nem tudo é positivo na *internet*, para o cientista político da Universidade de Stanford (São Francisco), Norman Nie, a *internet* acabou se tornando uma ferramenta para isolamento social, da forma que pessoas acabam passando mais tempo em seus computadores do que tendo relações reais com outros seres humanos, sem o contato com outras pessoas e assim deixando de lado as emoções do mundo real (PAESANI, 2014).

Com relação a esse ponto, Zygmunt Bauman explana a ideia de que "alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à Web, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador mensagens provenientes de todos os cantos do globo" (BAUMAN, 1999, p.85), com isso, reafirmando a ideia de que hoje as pessoas acabam conhecendo o mundo a partir da janela de seu computador, assim, perdendo o gosto de conhecer o mundo de forma real.



Nessa mesma linha, existem estudos que corroboram para o paradigma de isolamento social em função do uso da *internet*, afirmando que a rede de computadores acaba trazendo para seus usuários um distanciamento do círculo familiar e social e agravando eventuais situações de solidão e depressão, de modo que tal comportamento não é generalizado, mas pode acabar afetando alguns usuários mais assíduos da *internet* (CASTELLS, 2003).

Contrapondo esta ideia, Castells já relata um viés de que a *internet* pode vir auxiliar na comunicação e deixando de ser um instrumento de alienação do mundo real, isto, pois esta interação *online*, vem por se somar aos laços já existentes, já que as facilidades trazidas por meio da *internet*, abririam um leque de opções e formas de nos relacionarmos com pessoas que estão longe e ainda, facilitando a interação com um número maior de pessoas (CASTELLS, 2003).

Prova disto, são dados levantados em pesquisa realizada no ano de 2000 no Estados Unidos, pela Universidade da Califórnia - Los Angeles, onde foi constatado que 75% (setenta e cinco por cento) dos entrevistados expuseram que a *internet* impactara de forma positiva em suas vidas, auxiliando na área social, seja por fazer novas amizades, frequentar eventos de arte, assistir mais filmes e esportes, ler mais livros, também se comunicar com familiares (CASTELLS, 2003). Após essa trajetória da *internet*, é possível constatar uma evolução natural da sociedade, onde agora está, parte para uma Sociedade em Rede, podendo essa evolução nas tecnologias de informação e comunicação, ser comparada ao que foi a evolução das energias, eletricidade e combustíveis fósseis, para a revolução industrial (CASTELLS, 2018).

Esta Sociedade em Rede, ou "Sociedade Informacional", terminologia utilizada por Manuel Castells como forma de classificar a sociedade atual, pode ser caracterizada por estas redes de comunicação, de forma que facilitam e possibilitam a troca de informações entre indivíduos ao redor do globo (CASTELLS, 2018). Esta troca de informações em tempo real, demonstra um novo patamar para a comunicação, agora tendo inúmeras novas ferramentas para tanto, consolidando as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) (LEVY, 2010).

Nesta senda, as novas tecnologias trazem reflexos importantes para o comportamento dos indivíduos em um todo e, para Pérez Luño (2004), é necessária uma reavaliação no conceito de cidadania, visto que tal conceito uma vez se limitou quanto a nacionalidade e de alguma forma generalizar um povo, agora com a



possibilidade de os excluídos no passado se juntarem ao coletivo, participarem e buscarem que suas demandas sejam escutadas, utilizando essas tecnologias informacionais para mudar este panorama.

A facilidade que a *internet* proporciona para comunicação e interação entre indivíduos ao redor do globo, é de total importância para desenvolver uma espécie de inteligência coletiva, a despeito disso, novas expressões são trazidas, seja a teledemocracia, utilizada por Pierre Lévy (2002), ou então a cibercidadania, usada por Pérez Luño (2004) e adotada por este trabalho.

Pode-se trazer aqui novamente o conceito das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs), onde estas acabam fazendo com que a democracia se desenvolva de forma mais forte, já que com elas os cidadãos podem exercer papel de protagonista, tendo controle e acompanhamento dos passos dos governos e políticos, como se fosse uma forma de fiscalização, até mesmo buscando combate a corrupção, já que com essa facilidade pela busca de informações e notícias, o cidadão consegue acompanhar o que acontece com o governo (PÉREZ LUÑO, 2004).

É claro que nem tudo pode ser visto de forma positiva, já que tais informações disponibilizadas nos portais governamentais, podem não expor a real situação como um todo, podendo serem divulgadas apenas informações de importância relativa, deixando pontos importantes sob sigilo, assim, não sendo transparente para com o cidadão e acabando por prejudicar a fiscalização deste com o governo (PÉREZ LUÑO, 2004).

Um ponto importante trazido por Pérez Luño (2004) com relação a teledemocracia, é a ameaça de que esta acabe trazendo uma estrutura vertical das relações sociopolíticas, ou seja, acabando por alienar o cidadão, pelo fato de que a teledemocracia estimula uma comunicação vertical, aqui entre o Estado e o cidadão, e assim não permitindo que este cidadão busque outras formas de conteúdo e informação, seja por meio de partidos, sindicatos e afins.

Conforme já exposto, a *internet* por sua vez, pode acabar contribuindo para o isolamento social do indivíduo, eis que com a teledemocracia pode ser observada uma forma similar deste isolamento, já que o cidadão pode acabar por se isolar em um nicho, assim ficando alienado do cenário restante (PÉREZ LUÑO, 2004).



Na outra ponta, a teledemocracia pode acabar acarretando um empobrecimento na elaboração e qualidade das leis, por promover a democracia direta, deixando prejudicada a vontade popular, já que na democracia representativa, um projeto de lei não acaba apenas pensando na vontade da maioria da população, mas refletindo também no bem-estar e necessidades de grupos minoritários, não afastando o risco de que a teledemocracia possa se tornar instrumento de manipulação do povo, podendo o governo inescrupuloso, mascarar ou até mesmo influenciar os resultados (PÉREZ LUÑO, 2004).

Pérez Luño (2004) define estes dois extremos que a teledemocracia pode levar, no campo da *internet*, podendo ser o primeiro e positivo, como a *cibercidadania*, onde ficaria expresso o surgimento de uma nova cidadania, buscando uma participação política do cidadão, no entanto, no outro extremo a *ciudadania.com*, onde o cidadão passivo de manipulação pelos poderes públicos e privados, apenas seria um sujeito passivo em meio ao todo.

Posto isto, as novas tecnologias são de grande impacto no desenvolvimento futuro da população, já que estas, trazem riscos e ameaças para a liberdade alcançada pela *internet*, onde poderá acontecer o fenômeno de controle e colonização, mas por um lado positivo, pode promover uma forma de política mais autêntica (PÉREZ LUÑO, 2004).

A cibercidadania pode ser entendida como um direito de terceira geração, de um modo que com o bom uso desta, promoveria novas formas de exercício de direitos e reforço de valores cívicos, visto do maior engajamento da população em participações em prol da sociedade, seja pelos movimentos sociais que surgem e ganham força diariamente como na já mencionada fiscalização do poder público (PÉREZ LUÑO, 2012).

Desse modo, o governo não poderia simplesmente ficar à margem desta evolução do cotidiano, como mero espectador, e sim buscando se manter presente na nova realidade e se adequando para tanto, temática que será abordada no próximo capítulo.

2. O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS



Conforme já exposto anteriormente, o uso da *internet* pelo brasileiro já é considerado expressivo, prova disto, são dados trazidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início deste ano. A pesquisa realizada no ano de 2016, revelou que o Brasil conta com 116 milhões de pessoas conectadas à *internet*, equivalente a 64,7% (sessenta e quatro por cento) da população com idade acima de 10 anos (GOMES, 2018).

A pesquisa trouxe à tona que destes 116 milhões de usuários, 85% (oitenta e cinco por cento) estão na faixa etária de 18 a 24 anos, ainda, a pesquisa retratou o alto número de usuários com algum tipo de escolaridade, merecendo destaque para o índice de 43,6% (quarenta e três por cento) de usuários com ensino fundamental incompleto, 97,1% (noventa e sete por cento) de usuários com ensino superior incompleto e 95,7% (noventa e cinco por cento) de usuários com ensino superior completo (GOMES, 2018).

Dessa forma, deve se ter em mente o conceito de Governo eletrônico, onde este nada mais é, que uma infraestrutura de comunicação utilizada e compartilhada por diferentes órgãos públicos, utilizando a tecnologia da informação para fins de melhorar a comunicação entre a população e a gestão pública, em uma busca de colocar o governo ao alcance de todos (ROVER, 2006).

Podem ser identificadas cinco fases de implantação do Governo Eletrônico, fase de informatização, onde são disponibilizadas informações em um *site*; fase de comunicação, onde estes sites oferecem um canal de comunicação para que os administrados entrem em contato com os administradores; fase de transação, nesta os governados são capazes de realizar transações com o governo de forma totalmente *online*; fase de integração, na criação de um portal único em que fosse possível ao acesso a diferentes esferas do poder em um só portal; fase de participação, com viés político, com seria possível uma espécie de votação *online* (JARDIM, 2004).

Neste primeiro estágio, fase de comunicação, presume o acesso e utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs) por parte da população, e por parte da administração pública o uso de *sites*, para divulgação de informações básicas, úteis e atualizadas para auxílio do cidadão em busca de direitos básicos. Nas demais etapas, pode ser observado um aumento na atuação do cidadão,



onde não seria mais necessário que este tivesse necessidade de comparecer a sede física do órgão, sendo possível a realização das transações de forma *online*, facilitando assim o recebimento de novos serviços e barateando os custos de administração (KERCKHOVE, 2008).

Com o emprego das TICs pela administração pública, é observado que o administrado deixa de ser mero usuário, se tornando cidadão, podendo agora ser capaz de participar e tomar decisões com relação ao seu meio que vive, buscando melhorias para a sociedade, ainda, promovendo uma rearticulação entre Estado e sociedade, algo que é de suma importância para o regular exercício da democracia (RUEDIGER, 2002).

Acerca do tema, podem ser vistas outras potencialidades para o uso das TICs pelo governo, visando a maior participação do cidadão na administração pública, por meio da *e-consulta*, onde esta participação seria realizada por meio da disponibilização de informações via fóruns e *e-mails*, de modo que nestes meios os cidadãos seriam consultados pelos políticos, com relação a medidas a serem tomadas em temas de seus interesses, na *e-petição*, o cidadão que buscava o poder público, sem necessidade de se deslocar até a sede física de determinado órgão governamental, assim desburocratizando os serviços oferecidos pela administração pública, por fim o *e-voto*, utilizando da tecnologia para substituir o uso do papel e ainda usando da internet para que o cidadão possa votar de qualquer local (CARDOSO, 2007).

A *internet* traz inúmeras possibilidades e ainda tem um imenso potencial, tanto para o cidadão como para o governo, mas vale a ressalva de que nem todo o cidadão está incluso neste panorama, visto que entre eles existem quem vive à margem da sociedade e não tem condições para acessar a *internet*, ainda, quem não tenha interesse pelo uso desta, com isso acaba-se tendo os "desconectados" destes processos de participação política (SILVA, 2012).

Posto isto, para o governo, por meio da *internet*, não basta que este utilize este novo meio de comunicação com o cidadão se o político não compartilha do mesmo entendimento, fazendo para tanto apenas uma atribuição de seus assessores e afins. O cidadão precisar ser ouvido pelo governante, assim tirando um real proveito desta ferramenta, e não deixando apenas uma porta para o cidadão, que não será aberta pelo governante (CARDOSO, 2007).



No entanto, o uso da *internet* pode trazer uma consequência negativa, gerando uma alienação política do cidadão, pelo fato de que ao utilizar a comunicação via *internet*, o cidadão estaria se comunicando de forma vertical, assim deixando fracas as relações com movimentos sociais, e por fim enfraquecendo as relações com partidos políticos, sindicatos, associações, responsáveis pelo fomento da adesão social a necessidades dos cidadãos (VIRILIO, 1997).

Concomitante, é o conceito de cidadania.com, já abordado no capítulo anterior, onde existe o risco de que o poder público acabe por maquiar as informações a serem divulgadas nos portais, divulgando dados de importância relativa, e até mesmo mantendo sigilo de informações que seriam de suma importância para a população, agredindo frontalmente o princípio da transparência dos atos administrativos, ignorando os desejos e necessidades de grande parte da população (PÉREZ LUÑO, 2004).

Ademais, a utilização das TICs pelos entes estatais acabará forçando de alguma forma a uma remodelação da administração pública, visto de que o cidadão não pode ser tratado como mero consumidor ou usuário, este sistema vertical de administrador-administrado" não pode persistir, observado do risco claro de alguma forma acabar prejudicando a cidadania do povo (FELICE, 2008).

Em virtude da nova realidade trazida pelo uso da *internet*, o governo por meio de um movimento natural, veio para utilizar a ferramenta buscando a comunicação com a população, inclusive definindo regras para uso das redes sociais pelos órgãos públicos, por meio da portaria 38/2018 do Conselho de Segurança Nacional, onde determina que os órgãos públicos devem criar equipes com servidores de carreira para gerenciar essas redes sociais, estabelecendo critérios e responsabilidades para um uso seguro destas novas mídias (GROSSMANN, 2012).

Nesta portaria não fora determinado expressamente o que cada órgão deve seguir como regra, mas sim um panorama geral por meio de diretrizes, buscando um uso seguro destas páginas, tendo estas que serem administradas por equipes integradas compostas por funcionários de cargo efetivo ou até mesmo militar de carreira, ainda, pela nomeação de servidor responsável pela rede social, com conhecimentos para tanto (GROSSMANN, 2012).

Desde o ano 2000, o Brasil já vem por buscar a inserção da população na sociedade informacional, o que é de suma importância para o real emprego do



Governo Eletrônico, trazendo a pauta o emprego das TICs por meio da publicação do Livro Verde, um documento produzido pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, onde identificamos os riscos e oportunidades do emprego destas novas tecnologias, ainda, neste é reconhecido o desafio por parte do governo em alcançar a inclusão das novas tecnologias para os brasileiros em um todo (SILVA, 2012).

O Governo Eletrônico deve ultrapassar o uso de apenas informar e prestar serviços, devendo este ser apenas uma das utilizações, havendo necessidade de investimento em uma forma de democracia eletrônica, buscando a consulta e votação *online* por meio dos cidadãos, e ainda elaborando políticas públicas, tornando o usuário a condição de cidadão, em uma forma de oferecer mais poder de participação em diversos campos governamentais (JARDIM, 2004).

Uma das alternativas de comunicação com o cidadão por parte do governo, as redes sociais, segundo reportagem publicada no *The Wall Street Journal*, o *Fabebook*, em 2013, tem cerca de 65 milhões de usuários no Brasil, tornando o país o segundo maior mercado em número de usuários, ficando atrás dos EUA. Ainda, em 2012, o Brasil já era o segundo maior mercado fora dos EUA em números de visitas ao *Youtube*, e um dos cinco países com mais acesso ao *Twitter* (CHAO, 2013).

Com base nestes dados, pode ser vista a importância que o governo deve dar as redes sociais, participando destes ambientes digitais, gerando conteúdo para eles e avaliando o retorno obtido por meio deste (FERRARI, 2011). Partindo desta comprovada relevância, fica clara a presença das redes sociais no dia a dia de grande parte da população, posto isto, fica o questionamento se o governo vem por utilizar essa ferramenta de forma satisfatória, e é esta análise que será trabalhada no próximo capítulo, mais especificamente com a página do *Facebook* do Ministério da Educação – MEC.

Com o objetivo de realizar a análise de dados da página do *Facebook* do Ministério da Educação (MEC)³, primeiramente estava estipulado o período do ano de 2018, mas em levantamentos preliminares, foi constatado o grande número de postagens mensais na página, dessa forma, a fim de viabilizar a pesquisa e visto que com o grande número de postagens, poderia ser diminuído o espaço de tempo desta, assim, foram observadas publicações no período de 01 de junho de 2018 a 31 de

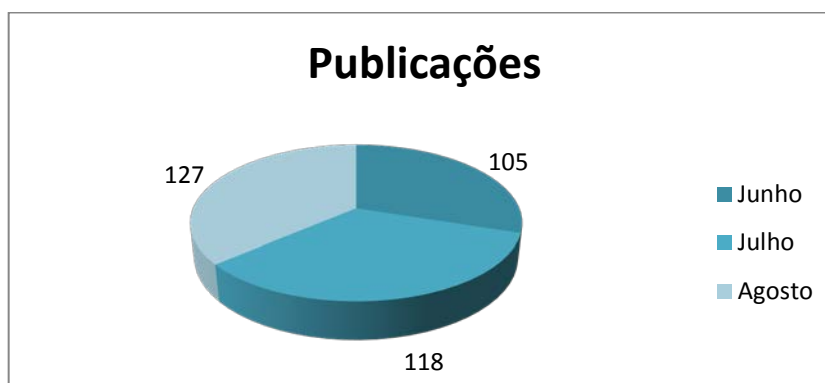
³<https://www.facebook.com/ministeriodaeducacao/>.



agosto de 2018, onde foram realizadas visitas a página e levantado dados com relações as postagens realizadas nesta, ainda, foram coletados dados relacionados ao número de curtidas das postagens, conteúdo destas, comentários e principais reações por parte dos usuários da página.

Atualmente a página do *Facebook* do MEC, conta com 3.481.341 (três milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e quarenta e um) curtidas⁴, ou seja, este é o número de usuários que em algum momento demonstraram interesse pela página ou conteúdo que a mesma compartilha em sua rede social, ainda, a página está no ar desde a data de sua criação, em 17 de maio de 2011.

No período estabelecido para análise da página da rede social, foram realizadas 350 (trezentos e cinquenta) postagens pelo MEC, sendo 105 (cento e cinco) no mês de junho, 118 (cento e dezoito) no mês de julho e 127 (cento e vinte e sete) no mês de agosto, conforme exposto em gráfico abaixo.



Dentro das postagens analisadas, fora constatado um total de 46.359 (quarenta e seis mil e trezentos e cinquenta e nove) comentários no período da pesquisa, ainda, um montante de 223.866 (duzentos e vinte e três mil e oitocentos e sessenta e seis) curtidas, demonstrando números expressivos de interação dos usuários da página.

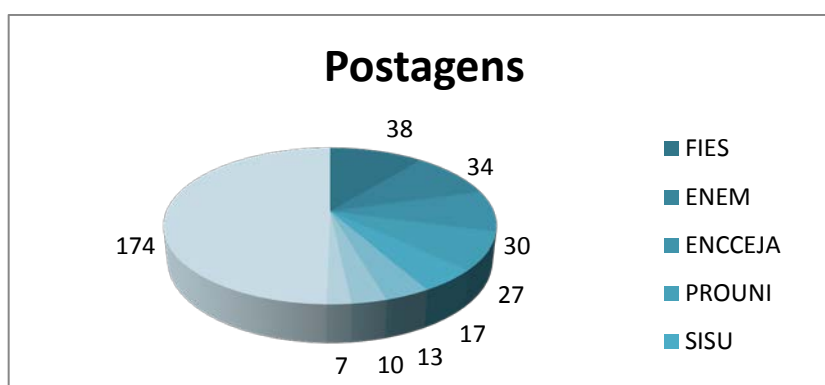
O conteúdo das postagens é bem amplo, sendo abordados diversos temas, desde dicas de língua portuguesa até a divulgação dos programas de educação do MEC, pode ser visto também nas postagens, a publicidade de investimentos e

⁴ Consulta realizada em 25/03/2019.



destinação de verbas para faculdades e escolas, além de chamadas para eventos e atenção a prazos para realização de provas.

Dentre os programas mais divulgados pela página, pode se citar os seguintes: Base Curricular, Bolsa Permanência, ENADE, ENCCEJA, ENEM, FIES, PROUNI, SISU. Além da divulgação de prêmios para professores e alunos, eventos para os estudantes participarem, dentro e fora do país.



Pode ser visto que a administração da página estimula a inclusão social, por meio de postagens buscando a inclusão de gênero, raça e cor, no entanto, tais postagens não são muito bem recebidas pelos usuários, conforme observado no campo de comentários destas postagens, é visto grande número de comentários maliciosos e preconceituosos.

O programa estudantil mais divulgado na página, fora o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵, sendo tema de um total de 38 (trinta e oito) postagens nesta, onde é trazido para o usuário lembretes com relação a datas para inscrições e procedimentos necessários para a continuidade de quem já participa do programa, nos comentários são observadas muitas dúvidas por parte dos usuários, algumas destas inclusive sendo respondidas pela administração da página, ainda, são comuns as críticas por parte dos usuários, sejam estas com relação a eventuais erros encontrados em momento de inscrição, por exemplo, como mais genéricas, abordando mais um sentimento de descontentamento com o sistema educacional em um geral. Outro programa do MEC com grande destaque nas publicações da página

⁵O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/>>.



do *Fabebook* deste, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁶, obtendo um número de 34 (trinta e quatro) postagens no período da análise realizada, com a divulgação de dicas para a prova, mensagens motivacionais para o estudante, além do programa Hora do ENEM⁷. Neste programa fora realizada uma postagem com relação aos estudantes transexuais e travestis, nela informava da possibilidade de uso do nome social destes candidatos, mas estes deveriam solicitar atendimento para tanto, nos comentários da publicação, diversos comentários preconceituosos com estes estudantes, o que demonstra que apesar do MEC fomentar uma inclusão, o preconceito é exacerbado por parte significativa dos usuários.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)⁸ também tem grande destaque no período analisado, apresentando 30 (trinta) postagens, da mesma forma que estas procuram informar com relação a prova a ser aplicada, locais de provas, horários e documentação necessária para realização da avaliação.

Postagens com grande repercussão, são as relacionadas aos professores, como as que informam do dia do professor de determinada disciplina, nestas pode ser constatado um grande número de interação por parte do usuário, com números significativos de comentários, onde são feitos elogios e lembranças para eventuais professores.

Um programa que chama a atenção deste autor, é o Bolsa Permanência⁹, pelo fato de ser um incentivo que busca minimizar a desigualdade social e étnico-racial, sendo que nas postagens é usado um apelo para indígenas e quilombolas, o que causa espanto, é o número de críticas que tal programa recebe sempre que divulgado na página do MEC, mostrando mais uma vez que apesar desta buscar uma inclusão social e diminuição de desigualdades, os usuários em geral não compactuam

⁶Programa de avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao final do Ensino Médio. Disponível em: <<https://enem.inep.gov.br/>>.

⁷O Hora do Enem é um projeto lançado pelo MEC em 2016, tendo como principal função ajudar os estudantes em sua preparação para o exame. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/hora-do-enem>>.

⁸O Encceja tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>.

⁹O Programa de Bolsa Permanência instituído em 2013 tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica das instituições federais de ensino superior.



com este pensamento, e por muitas vezes, sendo presente inclusive o discurso de ódio destes. A política também é alvo de críticas pelos usuários da página, em postagens que informam a destinação de verbas para faculdades e escolas, é visto grande número de duras críticas ao governo em um todo, usuários trazem depoimentos com relação a estrutura precária de suas escolas e faculdades, acredito que dessa forma tentando se fazerem ouvir pelo ente público, fazendo da página um canal de comunicação com os administradores da gestão pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das ferramentas de interação do governo com o cidadão, por meio da página do Ministério da Educação – MEC, mostra-se de acordo com a proposta de uma sociedade integrada com o governo, podem ser vistos diversos tópicos de grande relevância social, trazidos pelos administradores da página, demonstrando assim o cuidado destes com o cidadão que à utiliza.

Como pode ser observado no presente artigo, a evolução da *internet* trouxe a interação social a um novo patamar, surgindo com seu objetivo militar, a ferramenta acabou por unir pessoas em variados cantos do globo, revolucionando a sociedade em geral e trazendo novos desafios para a integração destes. Esta evolução que quebrou a barreira da distância em termos de comunicação, acabou em certos momentos por alienar usuários, sendo este um desafio a ser enfrentado, de como o uso dessa tecnologia pode acabar por melhorar a vida do cidadão, mas também, por aliena-lo e deixando ele viver em uma espécie de bolha social.

Grande desafio do governo, é se manter dentro do que é considerado correto para o uso da *internet*, como pode ser observado, o caminho é delicado, para que os entes governamentais usem a tecnologia a seu favor e em prol da sociedade, ao mesmo tempo, sem alienar ou maquiar informações prestadas em seus portais.

A pesquisa realizada na página do *Facebook* do Ministério da Educação – MEC, demonstrou também um fato preocupante e angustiante, o discurso de ódio por meio dos usuários da página, foi observado que em postagens que buscavam a inclusão de gênero e raça, inúmeros comentários racistas e maliciosos por parte significativa dos usuários, o que preocupa, visto do apelo da página em promover a



inclusão social de todos os usuários, o que demonstra que temos que avançar muito como cidadão.

Na esfera política, observou-se que em postagens com este cunho, sejam por divulgar investimentos ou até mesmo inauguração de unidades de ensino, o número de críticas é grandioso, onde usuários se queixam de eventuais desvios de dinheiro, mas em grande maioria acabam comparando a temática da postagem com a real situação de suas escolas e universidades.

Por fim, os dados alcançados pela pesquisa demonstram que a utilização da página pelo governo é altamente satisfatória, por esta conseguir expor para os usuários onde são feitos investimentos e no auxílio e divulgação dos programas educacionais oferecidos pelo governo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CAIÇARA JUNIOR, Cícero; PARIS, WnadersonStael. **Informática, internet e aplicativos**. Ibpex, 2007.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede: filtros, vitrines, notícias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CHAO, L. **Brazil: The social media capital the of universe**. *The Wall Street Journal*. Disponível em:<

http://online.wsj.com/article_email/SB100014241278873233011

04578257950857891898- IMyQjAxMTAzMDAwNDExNDQyWj.html> Acesso em: 16 set. 2018.

FELICE, Massimo Di. Das tecnologias da democracia para as tecnologias da colaboração. In: FELICE, Massimo Di (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008, p. 17-62.

FERRARI, M. A. **Contexto Global e Latino-Americano da Comunicação e Relações Públicas**. In: GRUNIG, J; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F.. *Relações*



públicas: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. 2ª ed. rev. ampl. 319p.

GOMES, Helton Simões. **Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE.G1**, Brasil, 21, fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2018.

GROSSMANN, Luís Osvaldo. **Governo define regras para uso das redes sociais nos órgãos públicos**. Convergência Digital, Brasil, 27, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTempLate=site&inford=30910&sid=11>>. Acesso em: 16 set. 2018.

KERCKHOVE, Derrick de. Da democracia para a ciberdemocracia. In: FELICE, Massimo Di (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008, p. 125-144.

JARDIM, José Maria. **A construção do e-gov no Brasil: configurações político informacionais**. In Proceedings CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação V, Salvador – Bahia, 2004. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000562/>. Acesso em: 16 set. 2018.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo, Editora 34, 2010.

_____. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 2010.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **¿Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com?** Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

_____. **Los derechos humanos em lasociedad tecnológica**. Madrid. Universitas, 2012.

MARQUES, Garcia; MARTINS, Lourenço. **Direito da Informática**. 2. Ed. Almedida, 2006.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade e informação, privacidade e responsabilidade civil**. 7. ed. Atlas, 10/2014. VitalSource Bookshelf Online.

ROVER, Aires. **A democracia digital possível**. Revista Sequência, nº 52, p. 85-104, jul. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15202/13827>>. Acesso em: 16 set. 2018.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo Eletrônico e Democracia – Uma análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública**. XXVI ENANPAD, Salvador- Bahia, 2002. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10666/7621>>. Acesso em: 16 set. 2018.



SILVA, Rosane Leal da. **O Desenvolvimento da Teledemocracia e da Cibercidadania no Brasil: o uso das tecnologias da informação e comunicação pelo Poder Executivo Federal.** Universidade Federal de Santa Maria, 2012.
Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=218a0aefd1d1a4be>>.
Acesso em: 16 set. 2018.

VIRILIO, Paul. **Ciberdemocracia.** Traduzido por Alexandre Emilio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002